

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Agosto/2018



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ

Concurso Público para provimento de cargos de **Administrador**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'S25', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais

Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Hábitos saudáveis ajudam a melhorar a qualidade de vida.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o poema a seguir para responder às questões de números 1 e 2.

*Não mais no quadro negro
o tempo de criança.
A escola isolada
desapareceu.
As meninas casaram
ou ficaram no mundo,
os meninos viraram homens,
uns de pés descalços,
uns de mãos vazias.
Minha mestra, onde anda?
Que problema difícil
de solucionar.*

(MARINHO, Arthur Neri. Disponível em:
www.alcinea.com/poetas-do-amapa)

1. Uma interpretação possível para a palavra *problema*, no penúltimo verso, relaciona-a com
 - (A) a impossibilidade de conter a passagem do tempo e de ter total controle sobre o destino humano.
 - (B) a frustração de perceber que os ensinamentos da escola não foram bem aprendidos pelos alunos.
 - (C) a indiferença estabelecida nos relacionamentos entre pessoas que tiveram um passado comum.
 - (D) o fato de já não ser possível acessar as memórias relativas à infância que se perdeu no tempo.
 - (E) a inevitabilidade de se conservarem os costumes adquiridos na escola para abraçar a vida adulta.

2. Acerca dos períodos que compõem o poema, está correto o que se afirma em:
 - (A) *Minha mestra, onde anda?* – Há desvio da norma-padrão no uso de *onde*, já que a gramática normativa admite apenas o uso de “aonde” nesse contexto.
 - (B) *A escola isolada desapareceu.* – A inversão da ordem entre os vocábulos *isolada* e *desapareceu* não acarreta alteração de sentido.
 - (C) *As meninas casaram ou ficaram no mundo, os meninos viraram homens, uns de pés descalços, uns de mãos vazias.* – As três vírgulas separam termos com função equivalente e, portanto, intercambiáveis.
 - (D) *Não mais no quadro negro o tempo de criança.* – Uma forma verbal está subentendida nessa construção.
 - (E) *Que problema difícil de solucionar.* – O emprego de “se” antes de *solucionar* acrescenta incorreção à frase.

Atenção: Considere o texto a seguir para responder às questões de números 3 a 6.

Panorama do falar amapaense

Um atlas linguístico tem por finalidade registrar a diversidade na forma de falar do povo de uma região geograficamente definida. No Brasil, a língua portuguesa apresenta diversidades que estão relacionadas, entre outros aspectos, às diferentes formas de colonização das regiões. Não há uma língua portuguesa padronizada, única, falada do Oiapoque ao Chuí.

*O primeiro atlas linguístico brasileiro – **Atlas prévio dos falares baianos** – foi publicado em 1963, por Nelson Rossi. Nem mesmo dentro dos limites de cada região há uma uniformidade de falares. A partir de 1996, com o lançamento do projeto “Atlas Linguístico do Brasil”, houve um aumento significativo de publicações de atlas regionais e estaduais por todo o país. Na Região Norte, aos dois primeiros atlas publicados, do Pará e do Amazonas, veio somar-se o **Atlas linguístico do Amapá**, lançado em 2017 pela editora Labrador, fruto do trabalho conjunto desenvolvido pelo pós-doutor em linguística pela Université de Toulouse e pesquisador da UFPA, Abdelhak Razky, pela docente da UNIFAP, Celeste Maria da Rocha Ribeiro, e pelo doutorando pela UFPA, Romário Duarte Sanches.*

O atlas possibilita vislumbrar o panorama da realidade linguística do Amapá, buscando contribuir para o entendimento mais coerente da língua e de suas variantes e preocupando-se também em eliminar a visão distorcida que tende a privilegiar uma variante, geralmente a mais culta, e estigmatizar as demais.

(Adaptado de: PINTO, Walter. Disponível em: www.beiradorio.ufpa.br)

3. A julgar pela estrutura e pelo conteúdo que apresenta, é correto afirmar que o texto seja condizente com
 - (A) um artigo científico circunscrito à comunidade de linguistas.
 - (B) uma resenha voltada para a divulgação científica.
 - (C) um artigo de opinião com argumentação polarizada.
 - (D) um resumo que omite qualquer juízo de valor.
 - (E) uma reportagem acerca das variedades do português.



4. Considere o trecho do primeiro parágrafo:

No Brasil, a língua portuguesa apresenta diversidades que estão relacionadas, entre outros aspectos, às diferentes formas de colonização das regiões. Não há uma língua portuguesa padronizada, única, falada do Oiapoque ao Chuí.

O segundo período, sublinhado no trecho, apresenta uma afirmação que

- (A) relativiza o exposto no período anterior.
- (B) refuta o exposto no período anterior.
- (C) restringe o exposto no período anterior.
- (D) corrobora o exposto no período anterior.
- (E) contesta o exposto no período anterior.

5. Um trecho do texto contendo uma construção em que se estabelece relação de causa e efeito está em:

- (A) *e preocupando-se também em eliminar a visão distorcida que tende a privilegiar uma variante, geralmente a mais culta...* (3º parágrafo)
- (B) *A partir de 1996, com o lançamento do projeto “Atlas Linguístico do Brasil”, houve um aumento significativo de publicações de atlas regionais e estaduais por todo o país.* (2º parágrafo)
- (C) *Nem mesmo dentro dos limites de cada região há uma uniformidade de falares.* (2º parágrafo)
- (D) *Um atlas linguístico tem por finalidade registrar a diversidade na forma de falar do povo de uma região geograficamente definida.* (1º parágrafo)
- (E) *Na Região Norte, aos dois primeiros atlas publicados, do Pará e do Amazonas, veio somar-se o **Atlas linguístico do Amapá**...* (2º parágrafo)

6. Um segmento do texto está acompanhado de um substituto adequado, quanto ao sentido, em:

- (A) *limites de cada região / fronteiras de uma circunscrição judiciária*
- (B) *fruto do trabalho conjunto / germen do esforço em equipe*
- (C) *diferentes formas de colonização / distintos modos de civilidade*
- (D) *possibilita vislumbrar o panorama / favorece o deslumbre da perspectiva*
- (E) *visão distorcida / concepção deturpada*

7. As regras de concordância estão respeitadas na frase:

- (A) Entender a língua e eliminar o preconceito linguístico pode ser visto como um dos objetivos centrais do *Atlas linguístico do Amapá*.
- (B) Em um atlas linguístico registra-se as diversas formas de falar do povo de uma região geograficamente definida.
- (C) A diversidade de variantes linguísticas justificam-se pelas diferentes formas de colonização no território brasileiro.
- (D) São possíveis que muitas maneiras diferentes de se comunicar sejam registradas em uma única região do Brasil.
- (E) O “Atlas Linguístico do Brasil” fez com que fosse lançado uma série de publicações de atlas regionais e estaduais por todo o país.



Atenção: Considere o texto a seguir para responder às questões de números 8 a 11.

Totó é da família

Cunhados talvez não sejam parentes, mas o Totó decididamente o é. Está em julgamento no STJ uma ação na qual um ex-marido reivindica o direito de visitação à cadela da raça yorkshire que havia sido comprada pelo casal e acabou ficando com a mulher. Ele alega que a ex-companheira o impede de ver a cachorrinha, causando-lhe "intensa angústia".

Tudo caminha para que os animais de estimação se integrem cada vez mais, no plano afetivo e jurídico, à família. Mas há um limite para isso. Não creio que bichos poderão um dia ser titulares de direitos em sua plenitude, como querem os militantes mais entusiasmados.

O fato é que, para gozar da plenitude de direitos, é preciso possuir, ao menos em potência, a capacidade de cumprir deveres, o que exige algum grau de consciência. Animais podem, contudo, ser pacientes morais, como crianças e outros humanos considerados incapazes.

Nesse campo, porém, estamos condenados a agir com incoerência. Queremos proteger nossos animais de estimação, mas não abrimos mão do hambúrguer nem da pesquisa médica e biotecnológica, que depende do sacrifício de cobaias. O critério é só emotivo, já que, do ponto de vista da biologia, Totó é um parente mais afastado dos humanos do que os ratinhos de laboratório.

(Adaptado de: SCHWARTSMAN, Hélio. Disponível em: www.folha.uol.com.br)

8. O autor desenvolve sua argumentação de modo a
- (A) ridicularizar a figura do marido que pleiteia o direito de visitação de um animal de estimação, pois defende que os humanos se diferenciam dos demais animais ao orientar suas ações por critérios exclusivamente racionais.
 - (B) aceitar como legítima a maneira como as pessoas se envolvem afetivamente com seus animais de estimação, mas a recusar que estes gozem dos mesmos direitos dos humanos por prescindirem de consciência.
 - (C) concordar que cachorros sejam tratados como entes familiares, para defender que os humanos devem estender esse tipo de tratamento aos demais animais, como os ratinhos de laboratório usados na pesquisa médica e biotecnológica.
 - (D) apontar como antiética a postura que o homem costuma adotar no convívio com familiares, dando preferência a um animal sobre uma criança ou um parente considerado incapaz.
 - (E) defender que os animais sejam vistos sem a interferência da emotividade, já que sua humanização resulta em um mau uso das leis, seja no tratamento de bichos de estimação, seja no tratamento de animais de laboratório.

9. Considere as seguintes passagens do texto:

- I. *um ex-marido reivindica o direito de visitação à cadela da raça yorkshire que havia sido comprada pelo casal e acabou ficando com a mulher.* (1º parágrafo)
- II. *Ele alega que a ex-companheira o impede de ver a cachorrinha, causando-lhe "intensa angústia".* (1º parágrafo)
- III. *Não creio que bichos poderão um dia ser titulares de direitos em sua plenitude, como querem os militantes mais entusiasmados.* (2º parágrafo)
- IV. *para gozar da plenitude de direitos, é preciso possuir, ao menos em potência, a capacidade de cumprir deveres, o que exige algum grau de consciência.* (3º parágrafo)
- V. *não abrimos mão do hambúrguer nem da pesquisa médica e biotecnológica, que depende do sacrifício de cobaias.* (4º parágrafo)

O vocábulo que tem função pronominal, retomando elemento que o antecede na sequência do texto, está sublinhado APENAS em

- (A) I e IV.
 - (B) II e III.
 - (C) I, IV, V.
 - (D) II, III e V.
 - (E) I e V.
10. A passagem corretamente reescrita com uma forma verbal na voz passiva correspondente está em:
- (A) *Ele alega que a ex-companheira o impede de ver a cachorrinha...* (1º parágrafo) / Ele alega que a ex-companheira tem impedido que ele veja a cachorrinha.
 - (B) *Queremos proteger nossos animais de estimação...* (4º parágrafo) / Queremos que venham a proteger nossos animais de estimação.
 - (C) *um ex-marido reivindica o direito de visitação à cadela da raça yorkshire...* (1º parágrafo) / o direito de visitação à cadela da raça yorkshire é o que reivindica um ex-marido.
 - (D) *Não creio que bichos poderão um dia ser titulares de direitos em sua plenitude...* (2º parágrafo) / Não tenho a crença de que bichos poderão um dia ser titulares de direitos em sua plenitude.
 - (E) *é preciso possuir [...] a capacidade de cumprir deveres...* (3º parágrafo) / é preciso que se possua [...] a capacidade de cumprir deveres.



11. A expressão sublinhada no trecho *como querem os militantes mais entusiasmados* tem função sintática equivalente à também sublinhada em:
- (A) *O critério é só emotivo...*
 - (B) *para gozar da plenitude de direitos...*
 - (C) *Tudo caminha para que os animais de estimação se integrem...*
 - (D) *um ex-marido reivindica o direito de visitação à cadela...*
 - (E) *estamos condenados a agir com incoerência.*

12. A frase redigida com clareza e em conformidade com a norma-padrão da língua é:
- (A) De fato devem haver maneiras de ajustar a legislação à situações como a aludida no texto, considerando-se que se por um lado, a equiparação de um cachorro com um humano é problemática, também o é com um objeto ou uma propriedade.
 - (B) É possível que, uma vez ganha a ação de visitar a cadela na justiça abra-se um precedente para que outras ações concernentes à animais de estimação sejam vistas com naturalidade, até que o texto da lei seja modificado.
 - (C) Mesmo informalmente, muitos casais que separam-se, adotam a guarda partilhada de seus animais de estimação; afinal, o vínculo afetivo com os animais mesmo quando não seja o mesmo que com humanos é genuíno.
 - (D) Os animais de estimação vêm ocupando, a cada dia, uma posição análoga à de um humano nas famílias brasileiras, o que se desdobra em uma série de questões de ordem comportamental, ética e mesmo jurídica.
 - (E) Ex-marido e ex-mulher, os donos da cadela, não se predisporam a partilhar a guarda de maneira informal e o ex-marido recorreu da justiça com o objetivo de ter o direito de visitá-la, haja visto seu sofrimento por ter se apartado dela.

História e Geografia do Amapá

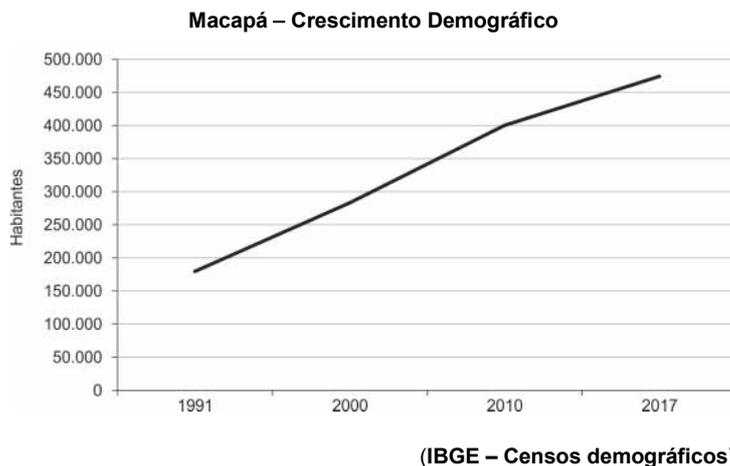
13. O projeto francês de invasão do território do Amapá em 1895, foi finalmente resolvido em
- (A) 1900, por uma arbitragem internacional que reconheceu o direito de posse brasileiro sobre o território, com base em tratados anteriores.
 - (B) 1897, pela intervenção norte-americana que tinha interesses em anexar futuramente o território da Amazônia e expulsar os franceses da região.
 - (C) 1905, por uma mediação do Vaticano que reconheceu os limites do Tratado de Madri como base para o território brasileiro.
 - (D) 1914, quando a França cedeu o território reivindicado ao Brasil em troca do apoio brasileiro contra os alemães, na Primeira Guerra Mundial.
 - (E) 1901, pela intervenção militar brasileira naquela localidade, que expulsou os mineradores franceses e estabeleceu a soberania na região.
14. As principais atividades econômicas que marcaram o século XIX na região do Amapá foram a
- (A) mineração da prata e a extração de manganês.
 - (B) fabricação da borracha e a plantação de arroz.
 - (C) pesca marítima e o cultivo da soja.
 - (D) criação de búfalos e a cultura da lagosta.
 - (E) exploração de ouro e a extração do látex.

15. A Igreja de São José de Macapá tem forte relação com a história da fundação da cidade, pois foi
- (A) fundada por monges beneditinos, em um contexto de disputa territorial com a França, que havia enviado missionários calvinistas para fundarem uma vila ali.
 - (B) construída originalmente em madeira, como todas as edificações coloniais da cidade naquele período, apresentando duas torres laterais, com campanários.
 - (C) concebida durante o período em que reinava Dom José I, em Portugal, uma das razões que explicam a homenagem a São José presente neste e em outros marcos da cidade.
 - (D) inaugurada décadas antes da fundação da Vila de São José de Macapá, tendo se constituído como um marco do centro da cidade, onde, na praça defronte à igreja, eram realizadas festividades e feiras.
 - (E) projetada por padres espanhóis quando a vila de São José tinha o nome oficial de Adelantado de Nueva Andaluzia, razão pela qual apresenta a cor banca, marca registrada das igrejas dessa região da Espanha.

16. O clima de Macapá
- (A) é classificado como equatorial úmido, controlado por massas de ar equatoriais e tropicais e apresentando uma estação seca de quatro meses entre agosto e novembro.
 - (B) apresenta uma estação subúmida entre novembro e junho devido a ação da Zona de Confluência Intertropical (ZCIT) que torna os dias mais ensolarados e com moderada convecção.
 - (C) é do tipo monçônico com duas estações distintas: uma intensamente chuvosa e outra tendendo a seca quando as temperaturas se tornam mais elevadas e com menores variações diurnas.
 - (D) apresenta pequena amplitude térmica anual, sendo classificado como tropical típico devido à existência de uma estação seca influenciada pela massa de ar tropical atlântica.
 - (E) recebe influência de massas de ar tropicais continentais e marítimas que se revezam durante o ano e explicam a ocorrência de grandes variações de tempo entre as estações do ano.



17. Considere o gráfico e as afirmações a seguir.



- I. O comportamento demográfico destaca Macapá como uma das cidades de maior crescimento vegetativo do estado e do Brasil, embora sejam pouco expressivos os movimentos migratórios no município.
- II. O crescimento demográfico de Macapá promoveu grandes intervenções no espaço urbano, incluindo o crescimento desordenado de aglomerados subnormais.
- III. O crescimento demográfico de Macapá possibilitou a diversificação das atividades econômicas e a significativa redução do setor de Administração pública, grande empregador até o final do século XX.

A leitura do gráfico e os conhecimentos sobre a população de Macapá permitem afirmar que está correto o contido APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

18. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é uma medida que varia de 0 a 1 considerando alguns indicadores sociais. Quanto mais próximo de 0, pior é o desenvolvimento humano do município. Quanto mais próximo de 1, mais alto é o desenvolvimento do município. O IDH-M de Macapá teve uma importante evolução entre os anos de 1991, quando o Índice era de 0,525 e 2010, quando passou a ser de 0,733.

Os indicadores que mais contribuíram para o aumento do IDH-M de Macapá foram

- (A) longevidade e saneamento básico.
- (B) estrutura etária e sustentabilidade.
- (C) renda per capita e crescimento vegetativo.
- (D) educação e longevidade.
- (E) sustentabilidade e infraestrutura.

Legislação Específica

19. Consoante a Lei Complementar nº 122/2018, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Macapá, o estágio probatório ficará suspenso, durante as licenças,

- (A) por motivo de doença em pessoa da família e por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro.
- (B) para o serviço militar e para tratar de interesses particulares.
- (C) para a atividade política e para desempenho de mandato classista.
- (D) para tratar de interesses particulares e para desempenho de mandato classista.
- (E) para tratamento de saúde e para tratar de interesses particulares.

20. A Lei Complementar nº 122/2018, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor do Município de Macapá, estabelece que a

- (A) remoção e a transferência podem ocorrer de ofício ou a pedido.
- (B) remoção, a transferência e a redistribuição podem ocorrer de ofício.
- (C) remoção e a transferência podem ocorrer a pedido.
- (D) remoção, a transferência e a redistribuição podem ocorrer de ofício ou a pedido.
- (E) transferência e a redistribuição podem ocorrer de ofício.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu art. 200, compete ao Sistema Único de Saúde, além de outras atribuições, nos termos da lei:
- (A) Participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.
 - (B) Colaborar na proteção do direito ao trabalho nele compreendido as relações trabalhistas dos profissionais de saúde.
 - (C) Caracterizar a formação de recursos humanos em áreas de vulnerabilidade social.
 - (D) Incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento dos processos de trabalho em saúde relacionados aos diferentes níveis de atenção.
 - (E) Fiscalizar e inspecionar os produtos agropecuários e de origem natural.
-
22. Segundo o Art. 4º, da Lei nº 8.142 de 1990, para receberem os recursos, transferidos do governo federal para Municípios, Estados e o Distrito Federal, tais entes devem contar com Fundo de Saúde; Conselho de Saúde, com composição
- (A) majoritária por usuários; plano de saúde; relatórios de gestão; contrapartida de recursos para a saúde no respectivo orçamento; Comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários.
 - (B) paritária; plano de saúde; plano de ação em saúde definido em parceria público-privada; contrapartida de recursos para a saúde no respectivo orçamento; Comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários.
 - (C) paritária; plano de saúde; relatórios de gestão; contrapartida de recursos para a saúde no respectivo orçamento; Comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários.
 - (D) majoritária por gestores e profissionais de saúde; plano de saúde; relatórios de gestão; contrapartida de recursos para a saúde no respectivo orçamento; Mesa de Negociação Permanente de Cargos e Salários.
 - (E) paritária; plano de saúde; relatórios de gestão; contrapartida de recursos para a saúde no respectivo orçamento; Mesa de Negociação Permanente de Cargos e Salários.
-
23. A regionalização e hierarquização do Sistema Único de Saúde (SUS) são definidas pelo artigo 198 da Constituição Federal de 1988. No processo de organização das regiões de saúde, uma das dificuldades diz respeito às características geográficas do território nacional. O estado do Amapá apresenta duas regionais de saúde com diversas disparidades de acesso, com vastas áreas abrangidas por Distritos Sanitários Especiais Indígenas e com vazios assistenciais importantes. O Decreto nº 7.508, de 2011, busca equacionar dificuldades como estas, com vistas a assegurar a integralidade da assistência, por meio de:
- (A) Contrato Organizativo de Ação Pública em Saúde (COAP), com novos arranjos tecnológicos em saúde com vistas à elaboração de planos regionais de saúde.
 - (B) Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES), na tentativa de fixar profissionais de saúde em todos os municípios de acordo com sua capacidade instalada.
 - (C) Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES), com a instauração das Comissões Intergestores Regionais (CIR) com intuito de articularem os gestores na construção dos sistemas regionais.
 - (D) Contrato Organizativo de Ação Pública em Saúde (COAP), na tentativa de garantir segurança jurídica na relação interfederativa constitutiva de uma região de saúde e de suas responsabilidades.
 - (E) Contrato Organizativo de Ação Pública em Saúde (COAP), na tentativa de estabelecer um plano de metas sobre quantidade de procedimentos a serem alcançados em cada município de acordo com seus consórcios intermunicipais.
-
24. O atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais, consagrado na Constituição Federal de 1988 no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) foi regulamentado pela Lei nº 8.080/1990 e demais normas infraconstitucionais, como, dentre outras, a Portaria nº 4.279/2010 que constituiu no SUS as Redes de Atenção à Saúde (RAS). Para Mendes (2011), as RAS são formas poliárquicas de organização dos serviços de saúde cuja coordenação do cuidado deve ser orientada a partir da Atenção Primária à Saúde (APS), tendo como elementos constitutivos:
- (A) Sistemas Logísticos: tratamento fora do domicílio, laboratório de análises clínicas, laboratórios regionais de prótese dentária.
 - (B) Serviços de Primeiro Contato: unidades básicas de saúde, unidades de saúde da família, unidades básicas tradicionais.
 - (C) Sistemas de Apoio: serviços de entrega de medicamentos, serviços de transporte sanitário.
 - (D) Serviços de Atenção Secundária e Terciária: academia da cidade, núcleos de apoio à saúde da família, unidades especializadas de referências, centros de atenção psicossocial, hospitais de pequeno porte.
 - (E) Sistemas de Governança: conselhos locais de saúde, centros de reabilitação e centros especializados em saúde do trabalhador.
-
25. Um dos grandes problemas que as gestões públicas encontram na execução orçamentário-financeira do Sistema Único de Saúde (SUS) é caracterizar o que são “ações e serviços de saúde”. Santos (2014) argumenta que a legislação deveria ocupar-se em definir melhor essa categoria, haja vista que muitos gestores aplicam os recursos da saúde nos seus “determinantes/condicionantes”, e não nas ações de saúde propriamente ditas. Assim, a Lei 141/2012 foi elaborada com essa preocupação. Esta lei, exclui do elenco de “ações e serviços públicos de saúde” as despesas realizadas com:
- (A) O desenvolvimento científico e tecnológico e o controle de qualidade promovidos por instituições vinculadas direta ou indiretamente ao SUS.
 - (B) A remuneração do pessoal ativo da área de saúde em atividade cujas ações incluem os encargos sociais.
 - (C) As capacitações e treinamentos do pessoal de saúde de instituições vinculadas direta ou indiretamente ao SUS.
 - (D) As ações de apoio administrativo realizadas pelas instituições públicas do SUS e imprescindíveis à execução das ações e serviços públicos de saúde.
 - (E) O pagamento de aposentadorias e pensões, inclusive de servidores da saúde.



26. No que concerne à seleção de candidatos para determinada posição em uma organização, uma das etapas que se colocam é o denominado perfil profissional, que corresponde
- (A) à análise das habilidades técnicas e comportamentais do candidato e à verificação da aderência aos requisitos do cargo.
 - (B) à coleta de informações sobre o cargo, que pode ser obtida por diversas técnicas, entre as quais a denominada hipótese de trabalho, aplicável para cargos novos.
 - (C) ao diagnóstico de mercado voltado à identificação dos profissionais disponíveis e que podem ser acessados para a seleção em curso.
 - (D) à aplicação de entrevistas diretas, com base em perguntas preestabelecidas, para evitar distorções no processo de seleção.
 - (E) ao processo de ampla divulgação, em todos os canais internos e externos disponíveis, da existência da vaga a ser preenchida.
-
27. Suponha que determinada entidade integrante da Administração pública pretenda aplicar avaliação de desempenho utilizando alguma metodologia consagrada, porém que não envolva grande complexidade para aplicação e que afaste a necessidade de autoavaliação, eis que na visão da direção da entidade essa etapa não seria desejável. Para atingir os fins colimados, aplica-se:
- (A) Avaliação Participativa por Objetivos, também denominada *top-down*, que envolve exclusivamente a avaliação pelo superior direto do avaliado.
 - (B) Avaliação 360°, na qual a avaliação é formada com base na média aritmética da pontuação atribuída por todos aqueles que se relacionam com o avaliado.
 - (C) Escala gráfica, que utiliza um formulário de dupla entrada, que avalia o desempenho com base em fatores ou critérios previamente definidos e graduados.
 - (D) Pesquisa de Campo, que dispensa, inclusive, a entrevista com o avaliado, sendo pautada apenas por análises do mercado profissional.
 - (E) Diagrama de Pareto, que fornece um *ranking* dos avaliados, graduados de acordo com a posição relativa de cada qual em relação à média global.
-
28. No que concerne à política de administração de cargos e salários que pode ser adotada por uma organização, a opção por um modelo de remuneração funcional
- (A) corresponde a uma opção atrelada ao modelo de gestão por competências, que busca captar, no mercado, as competências não disponíveis na organização mediante o oferecimento de remuneração atrelada exclusivamente a resultados.
 - (B) significa que a remuneração deverá estar atrelada às habilidades específicas e diferenciadas de cada colaborador, abandonando-se o conceito tradicional de plano de cargos.
 - (C) baseia-se no valor relativo do cargo ocupado, buscando a equidade externa por meio de uma pesquisa de mercado, e interna, pela comparação com os demais cargos da organização.
 - (D) é típica do modelo contingencial de administração, na qual o salário fixo possui menor peso relativo em comparação aos benefícios indiretos, como plano de saúde e horários flexíveis, atrelados aos objetivos estratégicos da organização.
 - (E) liga-se exclusivamente à função ocupada pelo empregado em determinada circunstância, sendo paga em função de atividade extraordinária ou adicional àquele inerente ao cargo ou emprego, abandonando o conceito tradicional de salário.
-
29. A adoção do modelo gerencial de Administração pública trouxe, entre outras mudanças de paradigma em relação ao modelo burocrático,
- (A) o controle de resultados das ações públicas, exercido *a posteriori*, adicional ao controle meramente formal e apriorístico.
 - (B) a meritocracia, em substituição ao clientelismo próprio do modelo burocrático.
 - (C) a especialização técnica dos servidores, abandonando o patrimonialismo próprio do modelo burocrático.
 - (D) a verticalização das estruturas hierárquicas, como forma de obter ganhos de escala nos serviços públicos.
 - (E) a transferência à iniciativa privada de atividades inseridas no núcleo estratégico público, e não apenas daquelas não exclusivas de Estado.



30. Suponha que o Município, atendendo aos anseios da população, tenha ampliado o número de unidades de habitação popular que estavam em construção, de molde a contemplar efetivo déficit de moradias no setor. Todavia, auditoria de custos realizada pelos órgãos de controle identificou que o valor despendido pelo Município para a construção acabou sendo significativamente superior ao de mercado, especialmente em função do inadequado gerenciamento das obras e dos contratos correspondentes. No que concerne aos indicadores de qualidade da atuação da Administração pública, a referida ação municipal apresentou-se
- (A) eficiente, pois, independentemente dos aspectos econômicos, se legitima por sua finalidade social, não sendo, contudo, dotada de efetividade.
 - (B) eficiente, pelo atingimento das finalidades pretendidas, porém não eficaz, em face da falta de economicidade.
 - (C) eficaz, pelo cumprimento da meta proposta, o que, por si só, já pressupõe sua efetividade e eficiência.
 - (D) eficiente, pelo cumprimento da finalidade própria, porém não efetiva eis que reprovada pela ação de controle.
 - (E) efetiva, pois atingiu os legítimos anseios da sociedade, porém não eficiente, eis que não apresentou o melhor uso econômico dos insumos empregados.

31. De acordo com o conceito de departamentalização, as atividades de uma empresa são agrupadas logicamente em órgãos, de acordo com determinados critérios. Entre os critérios adotados para tal finalidade se inserem:

- I. Produto.
- II. Clientela.
- III. Geográfico.
- IV. Funcional.
- V. Contingencial.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) IV e V.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

32. Entre as principais funções do administrador, pode-se citar as de organização, direção e controle. Nesse espectro amplo insere-se a denominada autoridade de linha, que corresponde

- (A) àquela que se caracteriza pela assistência proporcionada pelo assessoramento técnico, no contexto das atividades de organização.
- (B) àquela que o chefe de um órgão exerce diretamente sobre seus subordinados, integrantes deste órgão, no contexto da direção.
- (C) ao ajuste espontâneo, que ocorre dentro da própria estrutura para organização do trabalho, no contexto das atividades de controle.
- (D) à relação direta entre os colaboradores de um mesmo nível hierárquico para divisão das determinações recebidas, no contexto de organização.
- (E) à relação informal de comando, que decorre das funções de coordenação e não de direção propriamente dita.

33. A literatura define planejamento como "*a determinação da direção a ser seguida para alcançar um resultado desejado*". (LACOMBE, Francisco. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 71).

Nesse sentido, tem-se que o planejamento

- (A) estratégico é de longo prazo, enquanto o tático é de curto prazo, cada qual com diretrizes próprias e totalmente independentes.
- (B) estratégico corresponde a metas a serem estabelecidas no futuro, quando os problemas efetivamente se apresentarem.
- (C) operacional diz respeito às metas estritamente financeiras, enquanto o estratégico à missão institucional da organização.
- (D) operacional é relacionado à função gerencial e se desdobra em programas e projetos, com os respectivos orçamentos e cronogramas.
- (E) tático é de natureza sistêmica, enquanto o estratégico é ligado a ações e projetos específicos e delimitados.



34. Os aspectos relativos à cultura de uma organização
- (A) correspondem a uma construção coletiva de imagem da organização, não atrelada às suas crenças, percepções e valores.
 - (B) são mutáveis, atrelados e induzidos pelo clima organizacional, influenciados por aspectos endógenos e exógenos.
 - (C) dizem respeito às crenças e valores de seus integrantes, não contemplando, assim, aspectos observáveis por terceiros.
 - (D) podem ser formais e abertos, como os artefatos observáveis, ou informais e fechados, como os pressupostos básicos.
 - (E) são de natureza estritamente formal, representados por símbolos, marcas e elementos de visualização externa.
-
35. Entre os diversos estudiosos que buscaram explicar o fenômeno da motivação nas organizações, aquele que apresentou uma dicotomia a respeito do tema foi
- (A) Maclelland, com a Teoria das Necessidades Adquiridas, que separa os indivíduos no grupo A, pró-ativos, e grupo B, passivos, cada qual motivado por processos diversos.
 - (B) Herzberg, com a Teoria Bifatorial, que ora sustenta que o homem médio gosta do trabalho, ora predica que este precisa ser forçado a trabalhar.
 - (C) Maslow, com a Teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas, segundo a qual a motivação do indivíduo varia conforme as condições positivas ou negativas do ambiente.
 - (D) Alderfer, com a Teoria ERC, que sustenta que a motivação pode ser inata ou adquirida, conforme o perfil psicológico de cada indivíduo.
 - (E) McGregor, autor da Teoria X, com uma concepção negativa da natureza humana, e da Teoria Y, com uma concepção positiva.
-
36. Os estilos clássicos de liderança propostos a partir da concepção de Kurt Lewin, na década de 1930, que ficaram conhecidos como Os Três de White e Lippitt, correspondem:
- (A) carismática, transacional e transformacional.
 - (B) situacional, estrutural e contingencial.
 - (C) autocrática, democrática e liberal.
 - (D) diretiva, participativa e coercitiva.
 - (E) operacional, gerencial e estratégica.
-
37. No que concerne aos conceitos de Governança e *accountability* em organizações públicas, tem-se que:
- I. *Accountability* diz respeito à prestação de contas aos cidadãos e responsabilização dos agentes públicos.
 - II. Governança representa um aspecto instrumental da governabilidade e envolve os arranjos institucionais para implementação de políticas públicas.
 - III. Ambos os conceitos são aspectos da atuação do poder público, a governança de natureza política, e *accountability* de natureza contábil.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) I e II.
 - (C) III.
 - (D) II.
 - (E) I.
-
38. No bojo das metodologias de administração de materiais, emergiu como paradigma para controle de estoques a ferramenta denominada Kaban atrelada
- (A) ao método UEPS (o último a entrar é o primeiro a sair) ou LIFO (*last in, firstout*), que preconiza a reposição mais rápida dos últimos itens da cadeia produtiva.
 - (B) à priorização da reposição de estoque de acordo com a demanda, que “empurra” o estoque de acordo com os itens mais requeridos.
 - (C) à denominada Curva ABC que propõe a escolha de três principais itens para estocagem, de acordo com o seu peso relativo.
 - (D) ao conceito *just-in-time*, que preconiza a reposição nas quantidades necessárias e no momento necessário, idealizando o estoque zero.
 - (E) ao método PEPS (o primeiro a entrar é o primeiro a sair) ou FIFO (*first in, firstout*), que preconiza a reposição mais rápida dos primeiros itens da cadeia produtiva.



39. Suponha que determinado órgão público tenha instaurado licitação na modalidade pregão para obtenção de uma ata de registro de preços para aquisições futuras de cartuchos para impressoras. De acordo com a legislação aplicável,
- (A) quaisquer órgãos que vierem a aderir à ata de registro de preços terão a prerrogativa de adquirir os quantitativos estimados, pelo preço ofertado, observado o prazo máximo de validade da ata de 2 anos.
 - (B) o órgão licitante fica obrigado a adquirir as quantidades informadas na licitação e os fornecedores cadastrados a manter o preço de registro por até 6 meses.
 - (C) inexistente obrigação legal dos fornecedores de firmarem os contratos futuros pelo preço registrado, sendo, contudo, vedado ao órgão licitante adquirir os mesmos produtos fora da ata registrada.
 - (D) a modalidade licitatória empregada afigura-se inadequada, gerando nulidade da ata, eis que somente é admissível a modalidade concorrência no âmbito do sistema de registro de preços.
 - (E) a ata de registro de preços terá validade de 1 ano, viabilizando a aquisição dos quantitativos estimados junto ao fornecedor registrado, tanto pelo órgão que realizou a licitação como por aqueles que a aderirem à ata.
-
40. Suponha que a Prefeitura de Macapá tenha contratado, com inexigibilidade de licitação, um cantor consagrado pela opinião pública para participar de uma festa popular custeada pelo Município. De acordo com as disposições aplicáveis da Lei nº 8.666/1993, tal procedimento
- (A) encontra amparo legal, eis que configurada hipótese legal de inexigibilidade de licitação em face da inviabilidade de competição reconhecida pela lei.
 - (B) afigura-se irregular, eis que somente seria cabível a contratação direta em se tratando de artista consagrado pela crítica especializada.
 - (C) afigura-se regular, desde que a contratação tenha sido precedida de cotação de preços e realizada diretamente junto ao artista, vedada a contratação por intermédio de empresário exclusivo.
 - (D) não encontra amparo legal, apenas admitindo-se dispensa de licitação quando o evento seja custeado com recursos de órgão de fomento cultural de âmbito nacional.
 - (E) encontra amparo legal apenas se o valor do contrato for inferior a R\$ 150.000,00, sendo exigível licitar contratações de artistas com valor acima deste, adotando-se a modalidade convite.
-
41. Considere que, instaurado procedimento licitatório para a construção de um centro de convenções, tenha sobrevivendo a necessidade de redirecionar os recursos orçamentários que seriam destinados à construção do referido equipamento público para a construção de unidade hospitalar, eis que o único hospital da localidade fora destruído por uma forte inundação. Diante de tal situação, considerando as disposições da Lei nº 8.666/1993, a licitação instaurada para a construção do centro de convenções
- (A) poderá ser revogada, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado comprovando as razões de interesse público supervenientes e suficientes para a revogação.
 - (B) deverá ser anulada, eis que configurado evento de força maior, não cabendo indenização aos licitantes salvo pelos custos incorridos com o oferecimento de garantia de proposta ou de execução do contrato.
 - (C) deverá ser concluída, alterando-se o seu objeto somente no momento da assinatura do contrato, para contemplar a circunstância superveniente, com a necessária adequação do preço ofertado.
 - (D) poderá ser anulada, desde que ressarcidos os licitantes pelos custos incorridos direta ou indiretamente e comprovada a inviabilidade de alteração do objeto do certame.
 - (E) poderá ser revogada, desde que ainda não concluída a fase de habilitação e vedada a instauração de novo certame com o mesmo objeto no prazo de 12 meses.
-
42. No que concerne às sanções administrativas passíveis de serem aplicadas àqueles que contratam com a Administração pública, de acordo com a disciplina estabelecida pela Lei nº 8.666/1993,
- (A) a declaração de inidoneidade somente é aplicável em casos de fraude ao procedimento licitatório, não comportando reabilitação na esfera administrativa.
 - (B) o atraso injustificado na execução do contrato sujeita o contratado à aplicação de multa contratual, o que afasta a aplicação de outras penalidades.
 - (C) a pena de suspensão do direito de participar de licitação, dada a sua gravidade, somente pode ser aplicada pelo Chefe do Executivo e limitada ao período de 5 anos.
 - (D) a pena de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração configura a de maior graduação, comportando reabilitação apenas após decorridos 2 anos e com o comprovado ressarcimento dos prejuízos causados à Administração.
 - (E) a aplicação da pena de suspensão de pagamentos é cabível quando o contratado descumpre suas obrigações de forma reiterada e após aplicada a pena de advertência.



43. Suponha que tenha sido solicitada a determinado órgão público a disponibilização de dados relacionados com a atuação do órgão, tendo o solicitante fundamentado seu pedido na Lei de Acesso à Informação (Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011). Considerando tal disciplina legal, constitui razão legítima para que o órgão se recuse a fornecer as informações solicitadas
- (A) o caráter sigiloso dos dados, conferido a critério do dirigente do órgão, que poderá classificar a informação como secreta se assim entender pertinente.
 - (B) a não apresentação pelo requerente dos motivos da solicitação que comprovem seu legítimo interesse.
 - (C) tratar-se de dados relativos a projetos ou estudos, somente sendo exigível informação de ações já implementadas ou em curso.
 - (D) a falta de identificação do solicitante, vedada exigência que inviabilize divulgação de informação de interesse público.
 - (E) o custo incorrido para o levantamento dos dados, somente sendo exigível a disponibilização de documentos disponíveis em *sites* ou repositórios oficiais.

44. Entre os elementos que devem, obrigatoriamente, integrar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme determinado pela Constituição da República e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, inserem-se:
- I. Anexo de riscos fiscais.
 - II. Anexo de metas fiscais.
 - III. Autorização para abertura de créditos extraordinários.
 - IV. Critérios para limitação de empenho.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV.
 - (B) II e IV.
 - (C) I, II e IV.
 - (D) I e II.
 - (E) III e IV.
45. A Lei de Responsabilidade Fiscal constitui um inegável marco para a gestão responsável das finanças públicas. Nesse diapasão, entre outros controles, introduziu um tratamento bastante restrito para as operações de crédito, elencando, de um lado, as situações equiparáveis a operações de crédito e, de outro, as operações vedadas. De acordo com o referido diploma legal, constituem exemplos de operações expressamente vedadas,
- (A) compromisso financeiro assumido em razão de recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços.
 - (B) recebimento de dividendos acima do mínimo legal de empresa da qual o ente detenha o controle acionário.
 - (C) captação de recursos a título de antecipação de receita tributária com fato gerador já realizado.
 - (D) operação de crédito por antecipação de receita orçamentária destinada à insuficiência de caixa e liquidada no mesmo exercício financeiro.
 - (E) assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento *a posteriori* de bens e serviços.

46. Entre as entidades integrantes da Administração indireta de determinado ente, possuem personalidade jurídica de direito público:
- (A) empresas públicas.
 - (B) autarquias.
 - (C) sociedades de economia mista.
 - (D) agências de fomento.
 - (E) organizações sociais.



47. O fluxograma constitui-se em uma ferramenta de representação gráfica utilizada pelas organizações com a finalidade precípua de auxiliar
- (A) o mapeamento de processos, indicando as etapas do fluxo correspondente, com as entradas e saídas.
 - (B) a gestão do desempenho, avaliando a atuação de todos os colaboradores com a atribuição de pontuação.
 - (C) o planejamento estratégico, com a indicação das forças e fraquezas e dos desafios e oportunidades.
 - (D) a gestão de recursos humanos, indicando todos os postos chave da organização, com os correspondentes níveis hierárquicos.
 - (E) o gerenciamento dos projetos estratégicos, com a identificação do fluxo de ações e do denominado caminho crítico.
-
48. A elaboração da Lei Orçamentária Anual obedece aos preceitos e princípios estabelecidos na Constituição da República e na Lei de Responsabilidade Fiscal, entre os quais o da especificação ou discriminação, que impede a inclusão de dotações genéricas e inespecíficas. Não obstante, de acordo com o marco legal existente, referida peça orçamentária contempla:
- (A) créditos adicionais, fixados em valores globais, para fazer frente a despesas que ultrapassem um exercício financeiro e que estejam atreladas a programas previstos no Plano Plurianual.
 - (B) créditos suplementares, em valores estimados de acordo com a expectativa de crescimento da arrecadação de impostos, destinados a despesas imprevistas.
 - (C) reserva de contingência, correspondente a um percentual da receita corrente líquida, cujo montante e forma de utilização são estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (D) previsão de receita extraordinária decorrente de alienação de ativos, estimada em faixas de variação, com valores mínimos e máximos de acordo com avaliação prévia dos bens a serem alienados.
 - (E) previsão de receita decorrente de operações de crédito, em montante variável atrelado à cotação da moeda estrangeira quando se tratar de órgão financiador internacional.
-
49. Suponha que o Município pretenda alienar imóveis que tenha arrecadado em processo de execução fiscal e que não se prestem à instalação de equipamentos públicos ou outra utilização pela Administração. De acordo com as disposições aplicáveis da Lei nº 8.666/93, deverá instaurar procedimento licitatório na modalidade
- (A) tomada de preços ou convite, a depender do valor individual dos imóveis, admitindo-se a concorrência apenas para a venda em bloco.
 - (B) pregão ou leilão, a critério da autoridade licitante mediante decisão que leve em conta as condições do mercado.
 - (C) concorrência ou convite, a depender do valor de avaliação dos imóveis, vedado o fracionamento.
 - (D) concorrência, se optar pela alienação em bloco, ou pregão, se optar pela alienação individualizada.
 - (E) concorrência ou leilão, independentemente do valor de avaliação individual ou global.
-
50. Entre os atributos inerentes aos atos administrativos vinculados, inserem-se
- I. Tipicidade.
 - II. Imperatividade.
 - III. Discricionariedade.
 - IV. Presunção de legitimidade.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e IV.
 - (B) II e III.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) III e IV.
 - (E) II e IV.